

Processo: 1141537
Natureza: CONSULTA
Consulente: Aristides Ângelo Rossi Depolo
Procedência: Prefeitura Municipal de Bertópolis
RELATOR: CONSELHEIRO MAURI TORRES

CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL. ADMITIDA. MÉRITO. AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICOS. EXIGÊNCIA CERTIFICADO IBAMA. EM NOME FABRICANTE E IMPORTADOR.

1. Nas licitações para aquisição de pneumáticos, a exigência do certificado de regularidade junto ao IBAMA deve atender as determinações do órgão regulamentador ambiental, a exemplo do art. 4º da Resolução/CONAMA nº 416/2009 e do art. 10 da Instrução Normativa/IBAMA n. 13/2021.
2. A Resolução CONAMA 416/2009 estabelece exigências tanto para fabricantes como para importadores de pneus no que tange à obrigação de destinação adequada de pneumáticos inservíveis.

PARECER

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmos. Srs. Conselheiros do Tribunal Pleno, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e das Notas Taquigráficas, diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) admitir a Consulta, por estarem preenchidos os pressupostos de admissibilidade estabelecidos nos incisos I a IV do § 1º do art. 210-B do Regimento Interno deste Tribunal (aprovado pela Resolução TCEMG n. 12/2008);
- II) responder em tese o questionamento do consulente nos seguintes termos:

Nas licitações para aquisição de pneumáticos, a exigência do certificado de regularidade junto ao IBAMA deve atender as determinações do órgão regulamentador ambiental, a exemplo do art. 4º da Resolução/CONAMA nº 416/2009 e do art. 10 da Instrução Normativa/IBAMA n. 13/2021.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2023.

CONSELHEIRO MAURI TORRES

Relator
(assinado digitalmente)

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Sr. Aristides Ângelo Rossi Depolo, Prefeito Municipal de Bertópolis, por meio da qual apresenta o seguinte questionamento:

É lícito, nas licitações para compra de pneumáticos, exigir somente Certificado de Fabricante do IBAMA, restringindo a participação de empresas importadoras de pneus detentoras de Certificado de Regularidade Cadastro Técnico Federal Ibama?

A Coordenadoria de Deliberações e Jurisprudência emitiu o relatório (peça 7 do Sistema de Gestão e Administração de Processos - SGAP), previsto no § 2º do art. 210-B do RITCEMG, concluindo que este Tribunal não possui deliberações, em tese, enfrentando de forma direta e objetiva os questionamentos nos exatos termos suscitados pelo consulente.

Em seguida, a 3ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios elaborou o relatório técnico (peça 9 do SGAP).

É o relatório, no essencial.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II-1- Admissibilidade

Considero estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 1º do art. 210-B da Resolução n. 12/2008, pois, está subscrita por autoridade definida no art. 210 deste Regimento, refere-se a matéria de competência do Tribunal, versa sobre questionamento em tese e, não, sobre caso concreto, e contempla indicação precisa da dúvida ou da controvérsia suscitada.

Assim, conheço da Consulta para respondê-la em tese.

II-2- Mérito

O Consulente, Sr. Aristides Ângelo Rossi Depolo, Prefeito Municipal de Bertópolis, apresenta questionamento acerca da licitude de se exigir, nas licitações para aquisição de pneumáticos, tão somente o Certificado de Fabricante do IBAMA, restringindo-se, assim, a participação de empresas importadoras de pneus, detentoras de Certificado de Regularidade Cadastro Técnico Federal IBAMA (nos termos da Res. CONAMA 416/09).

Na documentação complementar do e-consulta, o Consulente aduziu, ainda, o seguinte:

CONSIDERANDO que a Resolução CONAMA 416/09 estabelece exigências para fabricantes e importadores de pneus no que tange à obrigação de destinação adequada de pneumáticos inservíveis;

CONSIDERANDO que a referida Resolução não estabelece qualquer tratamento diferenciado entre os fabricantes nacionais e importadores, autorizando a emissão do Certificado de Conformidade do IBAMA para ambos;

CONSIDERANDO os princípios da isonomia nas licitações nacionais, que veda o tratamento diferenciado ao produto importado, bem como o princípio do “tratamento nacional”, previsto nos Acordos de Marrakesh da OMC (1994), que proíbe a discriminação dos produtos importados entre os Estados-membros ou a aplicação extraterritorial de standards nacionais aos fabricantes estrangeiros;

CONSIDERANDO que a restrição de participação de empresas importadoras de pneus nos certames públicos prejudica a livre competição e gera possível risco de prejuízo ao Erário, em virtude do maior custo dos produtos finais;

CONSIDERANDO que a jurisprudência dos demais tribunais de contas do país, tais como o TCE/PR (Processo nº 10066622014), o TCE/SP (Processos nº 017254.989.20-5, 025425.989.18-3, 22030.989.21-4 e 21980.989.21-4), o TCE/SC (Acórdão nº 015/2016), bem como do próprio TCU (Acórdão nº 2.351/2022) é pacífica no sentido de que não se

pode limitar a participação de empresas importadoras de pneus quando detentoras do devido Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal do IBAMA (“Certificado de Importador”);

Solicita-se, ao Plenário do TCE/MG, nos termos do art. 7º, X, do seu Regimento Interno, a resposta à seguinte consulta:

“É lícito, à Administração Pública Municipal e Estadual, no âmbito do Estado de Minas Gerais, nas licitações para a compra venda de pneumáticos, exigir, tão somente, o Certificado de Fabricante do IBAMA, restringindo-se, assim, a participação de empresas importadoras de pneus detentoras de Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal do IBAMA (nos termos da Res. CONAMA 416/09)?”

De início, registro que a matéria objeto da presente consulta, acerca da possibilidade de se exigir o certificado do IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em nome, apenas, do fabricante na aquisição de pneus, é tema recorrente em denúncias encaminhadas a este Tribunal.

Destaco que a jurisprudência deste Tribunal nesses casos é majoritária no sentido de considerar regular a exigência da certificação do IBAMA em nome do fabricante de pneus na fase habilitatória dos certames, conforme destacou a Unidade Técnica no relatório, à peça 9 do SGAP.

Esse entendimento foi esposado em diversos julgados proferidos por este Tribunal, a exemplo dos Processos nºs. 1.007.873, 1.015.343, 1.040.630, 1.041.506, 1.066.664, 1.071.325, 1.071.452, 1.071.469, 1.088.748, 1.098.631, 1.102.172, 1.114.636, 1.144.669, cujo fundamento pode ser sintetizado nas razões abaixo expostas:

1. A exigência do certificado de regularidade junto ao IBAMA emitido em nome do fabricante não representa, necessariamente, afronta aos princípios licitatórios, uma vez que a Resolução CONAMA 416/2009, no seu Artigo 4º, obriga o cadastro de “fabricantes, importadores, reformadores e os destinadores de pneus inservíveis”.
2. Não vulnera a competição a exigência de certificado de regularidade perante o IBAMA, em nome do fabricante, sobretudo por se tratar de documento facilmente obtido pelos interessados no endereço eletrônico da entidade.
3. A exigência de certidão de regularidade junto ao IBAMA em nome de fabricantes e importadores não fere o Princípio da Isonomia, tampouco o caráter competitivo do certame, sendo, ao contrário, condizente com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, diretriz incluída na redação do Artigo 3º da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, pela Lei Federal nº. 12.349, de 15 de dezembro de 2.010.

Registro que nas mencionadas decisões, este Tribunal vem emitindo recomendação para que os gestores públicos, com o fito de conferir maior clareza aos instrumentos convocatórios, explicitem a possibilidade de apresentação do certificado de regularidade perante o IBAMA em nome do fabricante ou do importador dos pneus.

Nota-se que a questão nodal desta Consulta não diz respeito à previsão da certificação do IBAMA nos editais para aquisição de pneumáticos, mas ao fato de o certificado ser exigido em nome apenas do fabricante dos pneus, obstando, em tese, a participação de importadores.

Conforme se infere das mencionadas decisões, proferidas por este Tribunal, verifica-se que todo e qualquer cidadão pode obter a certidão de regularidade do Ibama, de forma fácil e gratuita, no sítio eletrônico do instituto¹, bastando que se tenha conhecimento do CNPJ da empresa em nome da qual se deseja extrair o referido documento.

No entanto, deve-se levar em consideração que ao exigir a apresentação da referida certidão em nome do fabricante, a Administração delimita o objeto licitado a produtos de fabricantes nacionais ou estrangeiros que possuam estabelecimentos no Brasil e cuja inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é obrigatória, por força do art. 3º e 4º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n 2119 de 06 de dezembro de 2022.

Desse modo, não se pode olvidar que essa exigência de certificado do IBAMA em nome do fabricante, pode impedir a participação nos certames de empresas que forneçam produtos de fabricação estrangeira, devidamente importados para o país, mas cujo fabricante (estrangeiro) não possua registro no CNPJ (empresas importadoras).

Esse tratamento diferenciado não se justifica, uma vez que o importador de pneus, também, possui responsabilidade ambiental de logística reversa, assim como o fabricante, sendo também obrigatória sua inscrição no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

O art. 4º da Resolução/CONAMA nº 416/2009, bem como o art. 10 da Instrução Normativa/IBAMA nº 13/2021, que regulam a matéria ambiental em questão, impõem o registro obrigatório perante o IBAMA de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem, isolada ou cumulativamente, às atividades potencialmente poluidoras especialmente as catalogadas no Anexo I, da IN/IBAMA nº 13/2021, incluindo, expressamente, tanto os fabricantes quanto os importadores de pneus ou similares, razão pela qual não se justifica qualquer tipo de tratamento não isonômico ou de natureza restritiva nos certames.

Ressalte-se, ainda, que a Lei Federal nº. 12.305/2010 que instituiu a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, abrange fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, *ex vi* do disposto no artigo 30, de tal sorte que nenhum dos agentes econômicos envolvidos na cadeia produtiva e revendedora de pneumáticos pode eximir-se de observar as normas protetivas do meio ambiente:

Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, **abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos**, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Destaco que no Tribunal de Contas da União (TCU) prevalece a tese jurídica de que os editais licitatórios *“ao somente admitirem o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) em nome de fabricantes, alijariam os importadores da disputa”*.

¹ Disponível em: https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/certificado_regularidade_consulta.php. Acesso em 2 mai. 2023.

Assim, por unanimidade, os Ministros do Tribunal de Contas da União consideraram, no julgamento da Representação nº. TC-013.171/2022-4, de relatoria do eminente Ministro Vital do Rego, que “tal imposição afasta os importadores da disputa, restringindo indevidamente o caráter competitivo da licitação, em afronta ao art. 3º, §1º, inciso I, da Lei 8.666/1993” (GN)

(Acórdão nº. 2351/2022 – TCU – Plenário – Processo TC-013.171/2022-4 (Representação) – Relator: Ministro Vital do Rêgo – Data da Sessão: 19/10/2022).

No mesmo sentido, vem decidindo o Tribunal de Contas do Espírito Santo, a exemplo da decisão proferida na Decisão 010182023-2-2ª Câmara, sessão 05/04/2023, nos autos da Representação nº 00390/2023-7, de relatoria do Conselheiro Manoel Nardes Borges, cujo trecho destaco abaixo:

[...]

Contudo, a exigência da Certificação de Regularidade Ambiental junto ao IBAMA emitido apenas em nome do fabricante de pneus, de fato tende a favorecer com exclusividade os produtos nacionais em detrimento dos importados, sendo que no mercado brasileiro há empresas que comercializam produtos exclusivamente importados, afigurando-se nesse caso restrição a competição à categoria dos IMPORTADORES de pneus. (GN)

Tecidas essas considerações, na mesma linha da jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, considero que a exigência de certificação junto ao IBAMA unicamente em nome do fabricante, como critério de habilitação nas licitações para aquisição de pneus, se mostra restritiva à competição, pois, impede a participação de empresas importadoras de pneus que não possuam CNPJ, o que pode gerar possível prejuízo ao erário, em virtude do maior custo dos produtos finais.

III – CONCLUSÃO

Isso posto, respondo em tese o questionamento do consultante nos seguintes termos:

Nas licitações para aquisição de pneumáticos, a exigência do certificado de regularidade junto ao IBAMA deve atender as determinações do órgão regulamentador ambiental, a exemplo do art. 4º da Resolução/CONAMA nº 416/2009 e do art. 10 da Instrução Normativa/IBAMA n. 13/2021.

É o meu parecer.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2023.

CONSELHEIRO MAURI TORRES

Relator

(assinado digitalmente)